

Anões tiraram US\$ 20 bilhões do Orçamento

A CPI do Orçamento vai propor a cassação de parlamentares, mas o Governo não terá condições de recuperar os recursos desviados pela máfia do orçamento. O desvio pode chegar a US\$ 20 bilhões, incluindo obras superfaturadas, contratadas e não executadas e desvio de subvenções. Apesar das mais de 20 cassações que o relator-geral da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), deverá pedir, ele considera praticamente impossível recuperar os recursos desviados do orçamento.

"É perda de tempo pensar que vamos reaver o dinheiro perdido. O que estamos pensando agora é em evitar sangrias futuras", afirmou Magalhães.

Com essa convicção, Magalhães demonstra estar mais entusiasmado com as mudanças estruturais que vai propor em seu relatório final, para evitar novas sangrias. Ele vai apresentar pelo menos quatro propostas de leis e resoluções que, se aprovadas, poderão dificultar as fraudes no orçamento.

Extinção — A principal e mais radical mudança é a extinção da Comissão Mista do Orçamento, manipulada ano após ano por um núcleo de parlamentares que comanda o desvio do dinheiro público. No lugar da comissão, Magalhães vai defender a criação de uma comissão de sistematização.

O segundo passo é a restauração das comissões de fiscalização e controle da Câmara e Senado. Essas comissões deverão trabalhar em sintonia com o Tribunal de Contas da União. Outra mudança muito importante será o fortalecimento do Tribunal de Contas da União, ampliando sua estrutura nos estados.

Sonegação — A Subcomissão de Patrimônio da CPI já descobriu que dos 50 parlamentares sob investigação, pelo menos a metade praticou sonegação fiscal. São bens que não foram declarados e sonegação à receita dos ganhos de capital que, na maioria das vezes, não são compatíveis com o saldo bancário dos envolvidos.

Os casos considerados mais graves são os cinco que aparecem envolvidos na Subcomissão de Bancos: João Alves (sem partido-BA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Genaldo Correia (PMDB-BA).

A Subcomissão de Subvenções Sociais foi a única que conseguiu fisgar parlamentares envolvidos em desvio orçamentário que não estavam na relação citada por José Carlos dos Santos. Entre eles, Paulo Portugal (PP-RJ), Raquel Cândido (PFL-RO) e João de Deus (PPR-RS).

Corruptograma — A subcomissão vai se dedicar agora à máfia do Rio de Janeiro. A intenção é apresentar um "corruptograma". A CPI já montou o seguinte esquema: Fabio Raunheitti, apoiado por Paulo Portugal e Feres Nader, remetia recursos para entidades que vão desde o grupo evangélico até escolas particulares. Esses recursos iam para a conta de quatro "laranjas". Outra parte acabava em casas de câmbio na fronteira Brasil-Uruguai e Paraguai.